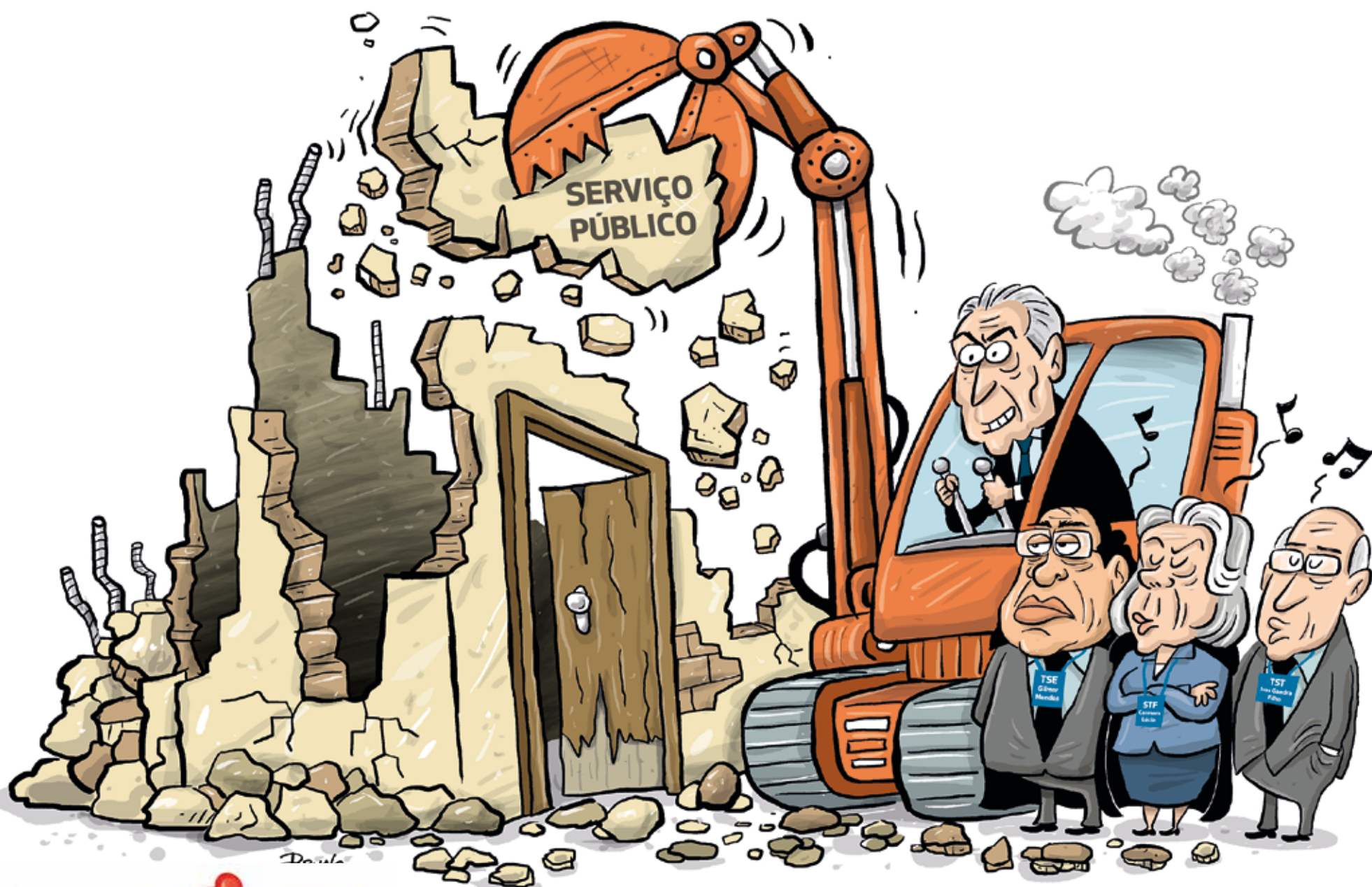


VEM PRA LUTA CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS

Servidores reagem aos projetos do governo Temer que, com apoio da cúpula do Judiciário, atacam o funcionalismo e prejudicam a população



ATIVIDADES DA SEMANA:

Quarta-feira, 16

- ✓ Café da manhã com Sintrajud às 10h, JT São Vicente
- ✓ Assembleia e ato da JE às 13h, no TRE-Miquelina
- ✓ Assembleia e ato da JF às 14h, em frente ao TRF

Quinta-feira, 17

- ✓ Assembleia e ato da JT às 13h, no Fórum Ruy Barbosa

Sexta-feira, 18

- ✓ Reunião com a Diretoria do Foro da JF às 15h
- ✓ Assembleia Setorial na JF e JEF São Vicente às 15h30

Tribunais aplicam a política de desmonte do serviço público

Administrações ajudam Temer a implantar projetos que atacam o funcionalismo e prejudicam o atendimento à população

Enquanto usa a máquina pública para comprar apoio parlamentar e se manter no governo, o presidente Michel Temer (PMDB) e seus aliados encaminham reformas que podem levar ao maior retrocesso em direitos previdenciários, trabalhistas e sociais da história do país.

Os serviços públicos e os servidores são alvos preferenciais desse desmonte.

No Judiciário, Temer tem o apoio dos presidentes dos tribunais superiores para implementar seu projeto. Reformas administrativas, aumentos extorsivos nas mensalidades dos planos de saúde, congelamento de benefícios e de nomeações já são sentidos pelos servidores, ameaçando até a reposição salarial conquistada após quase uma década de lutas.

A presidente do STF, Carmem Lúcia; o presidente do TSE, Gilmar Mendes, e o presidente do TST, Ives Gandra Martins Filho, lideram no Judiciário o “ajuste”, com a retirada de projetos que previam criação de cargos, o congelamento dos orçamentos dos tribu-

nais, a suspensão de concursos públicos e a priorização de “investimentos” que não contemplam as necessidades dos servidores.

A reação a esses ataques vai exigir dos servidores do Judiciário não apenas a disposição de luta, como também a articulação com outras categorias do funcionalismo público e um esforço para esclarecer a população sobre o que está em jogo na atual conjuntura. Foi nessa direção que apontaram as discussões na reunião ampliada do Fonasefe (veja abaixo).

Nesta semana, os servidores do Judiciário Federal de São Paulo participarão de atos e assembleias em todos os tribunais na luta contra o desmonte.

(Veja matérias completas nas páginas 3 e 4).



Rolo compressor contra servidores

Veja algumas das principais medidas do governo Temer para retirar direitos do funcionalismo

Programa de Demissão Voluntária: Medida Provisória já assinada por Temer pretende desligar, na primeira etapa, 5 mil servidores do Executivo federal. A adesão ao plano começa ainda neste ano e os primeiros cortes ocorrem em 2018. Outras demissões estão previstas até 2022.

Licença sem remuneração: a mesma MP cria a licença não remunerada para os servidores, meio caminho para tirar o emprego de outra grande parte do funcionalismo.

Fim da estabilidade: o Senado vai discutir nas próximas semanas projeto de lei que cria a demissão por “insuficiência de desempenho”, bastando para isso a avaliação do superior imediato. É mais um ins-

trumento para a perseguição, o assédio moral e a precarização do serviço público.

Reajuste zero em 2018: as parcelas de reajustes salariais que servidores do Executivo conquistaram para o próximo ano serão adiadas, em desrespeito ao que foi negociado com as categorias e às próprias leis salariais aprovadas pelo Congresso e sancionadas pelo governo. Estão nessa situação auditores fiscais, servidores do Banco Central, militares, policiais federais e policiais rodoviários federais, entre outros.

Reforma da Previdência e aumento da contribuição previdenciária: o governo quer aumentar a contribuição dos servidores de 11% para 14% – na prática, uma redução salarial, que já foi aplicada aos servidores

estaduais do RJ, por exemplo. Outro objetivo é retomar a votação da reforma da Previdência (PEC 287), podendo começar pelos servidores públicos.

Cortes no orçamento: para satisfazer os credores da dívida pública – banqueiros e grandes empresários – o governo Temer vem tirando recursos de serviços essenciais à população, da emissão de passaporte ao fornecimento de remédios. A emenda constitucional do teto de gastos, aprovada no ano passado, congela as despesas pelos próximos 20 anos.

Terceirização de serviços públicos: a aprovação da lei da terceirização irrestrita, em março, e da reforma trabalhista, em julho, abriu caminho para a terceirização dos serviços públicos, inclusive no Judiciário.

Federais preparam paralisação em setembro

Fonasefe aprova calendário de luta e articulação nacional contra a retirada de direitos



Ao longo de três dias, 280 servidores públicos federais, representando 102 entidades sindicais de 23 estados e do Distrito Federal, debruçaram-se sobre o desafio de

as bases para uma forte reação. As entidades aprovaram a construção de paralisação ou greve do funcionalismo federal em setembro.

O cronograma traçado em Brasília

impedir as reformas e projetos do governo de Michel Temer.

De 4 a 6 de agosto, na reunião ampliada do Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), as diversas categorias começaram a definir

lia prevê a realização de novos protestos no Congresso Nacional, caso a PEC da Previdência volte à pauta da Câmara, além de um novo chamado às centrais sindicais para que organizem a convocação de nova greve geral contra as reformas do governo federal.

Os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União participaram com uma expressiva delegação – estavam presentes pelo menos 13 sindicatos e a Fenajufe.

Já no dia 16 estão previstas duas iniciativas. Pelo Judiciário Federal, o dia nacional de luta contra a terceirização e extinção das zonas eleitorais, organizado a partir da Fenajufe e dos sindi-

catos do setor. Pelas entidades da seguridade social (Fenasps e sindicatos), será o dia nacional de luta em defesa da saúde e da previdência pública e contra o desmonte do serviço público.

Além de reforçar essas e outras iniciativas, a ideia é constituir um movimento que una servidores municipais, estaduais e federais em cada estado.

Outro objetivo é procurar categorias da iniciativa privada cujas campanhas salariais ocorrem em setembro – como bancários, petroleiros e metalúrgicos – para articular mobilizações contra a reforma da Previdência e pela não implantação da reforma trabalhista e da lei que generaliza as terceirizações.

Servidores lutam contra o **desmonte** da Justiça Trabalhista

Nesta quinta-feira, 17, às 13h, no Fórum Ruy Barbosa, acontece assembleia que debaterá mobilização contra os ataques aos direitos dos servidores



Servidores participaram de café da manhã com sindicato na última quinta-feira, 10

Servidores do TRT realizarão assembleia para debater os ataques à Justiça do Trabalho e aos direitos dos servidores, nesta quinta-feira, 17, às 13h, no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa.

Dentre as pautas da assembleia, está a discussão sobre as medidas que o Tribunal têm adotado em relação aos servidores, frente ao quadro de restrição orçamentá-

ria e de pessoal que tem avançado com mais força desde a aprovação da emenda constitucional 95/2016, que congela as despesas públicas por 20 anos.

A reforma administrativa que vem sendo implementada sem negociação com a categoria é parte destas medidas do TRT. No primeiro momento, os oficiais de justiça são os principais atingidos,

por conta da medida da Administração que pretende tirá-los das centrais de mandados e colocá-los nas varas. No entanto, há também remanejamento de outros servidores sem comunicação prévia.

Na opinião da servidora Inês Leal, diretora do Sindicato, a medida do Tribunal não resolve o problema de falta de servidores e tende a gerar distorções em relação à gestão do trabalho e atribuições dos servidores. “A Administração desrespeita as pessoas; o que está acontecendo é um assédio moral institucionalizado”, definiu Inês.

Plano de saúde

A discussão sobre a situação do plano de saúde, que deve ser objeto de nova licitação no próximo ano, também será parte da assembleia.

A comissão gestora do plano de saúde do TRT apresentou na última semana um diagnóstico sobre a situação do plano atual, que pode servir de base para o edital da próxima licitação. “Todas as informações sobre os custos do plano são fornecidas pela própria operadora”, observou Marcus

Vergne, servidor do Tribunal e diretor do Sintrajud. “Precisamos acompanhar o processo licitatório e debater com a comissão gestora”, defendeu.

Outra frente de luta é a dos recursos para o custeio do plano, conforme lembrou o servidor Tarcísio Ferreira, também diretor do Sindicato. “Temos de enfrentar uma batalha muito grande com os tribunais e o Governo, por mais verbas para a assistência médica, para que os servidores não tenham de arcar com o aumento e o custeio, perdendo parcelas ainda maiores de seus salários”, afirmou.

Participe da assembleia

O Sintrajud convida todos os servidores da Justiça Trabalhista para participar da assembleia que será nesta quinta-feira, 17, às 13h, no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa. O objetivo é debater os ataques contra a Justiça do Trabalho e o serviço público, e seus impactos nas condições de trabalho, além de organizar a luta contra os projetos e reformas do Governo Federal que retiram direitos.

Em defesa do serviço público, servidores da Eleitoral fazem ato nesta 4ª

Manifestação acontece às 14h, em frente ao TRE-Miquelina e será parte do dia nacional de luta contra o rezoneamento

Nesta quarta-feira, 16, os servidores do TRE-SP irão participar da assembleia setorial para discutir a luta contra a extinção das zonas eleitorais, contra a Reforma da Previdência e os ataques aos direitos dos servidores públicos. A assembleia será às 14h, no TRE-Miquelina, e marcará o Dia Nacional de Luta contra o Rezoneamento, aprovado pela Fenajufe.

A possibilidade de extinção de zonas vem deixando os servidores da Justiça Eleitoral apreensivos, não apenas com a sobrecarga de trabalho que pode resultar da medida, como também com o prejuízo no atendimento à população e na fiscalização das eleições, já a partir do próximo ano.

Na opinião do diretor do Sintrajud Mauricio Rezzani, servidor do TRE, é preciso intensificar a mobilização contra a medida, principalmente pela proximidade do prazo estipulado pelo TSE para a definição do rezoneamento em cada estado, que termina esta semana.

“Não vemos a extinção das ZEs como uma saída para o melhor atendimento da população, pois há um aumento do número de eleitores, devido ao cadastro bio-

métrico”, disse Maurício.

O Sintrajud pediu ingresso como amicus curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5730 e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 471, que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF), questionando as normas editadas pelo TSE que promovem o rezoneamento eleitoral, com a consequente extinção de inúmeras zonas eleitorais em todo o país.

Encontro de Servidores da JE

Durante a assembleia serão definidos os representantes do Sintrajud para participar do Encontro Nacional da Fenajufe com servidores da Justiça Eleitoral, que acontecerá nos dias 19 e 20 de agosto em Brasília. O encontro será um espaço para discutir as pautas e organizar a mobilização dos servidores da Justiça Eleitoral de todo o país. Além dos representantes do encontro, devem ser definidos representantes da base e da direção do sindicato para compor a Comissão da JE, conforme foi aprovado no último Encontro Nacional da Fenajufe com servidores da Justiça Eleitoral.



Cresce a reação contra o aumento da Amil

Abaixo-assinado contra o reajuste de até 47% na mensalidade já tem mais de 1500 assinaturas; assembleia será na quarta-feira, 16, em frente ao TRF

A reação dos servidores do TRF, da JF e do JEF contra o o reajuste de até 47% nas mensalidades do plano de saúde, operado pela Amil, vem crescendo a cada dia.

O abaixo-assinado contra o aumento já tem mais de 1500 assinaturas. O objetivo é entregar o documento para a presidente do TRF-3, como mais uma demonstração da insatisfação da categoria.

Os servidores lutam para que o Tribunal busque crédito suplementar para assistência médica, bem como para obter maior transparência na negociação entre o Tribunal e a Amil, enquanto questionam o índice de reajuste.

Nesta quarta-feira, 16, eles voltam a paralisar o trabalho por duas horas e a fazer manifestação no TRF-3. Às 14h, a categoria realiza assembleia geral para discutir os próximos passos da mobilização contra o aumento abusivo da Amil.

A atividade também será parte do dia nacional de luta contra o desmonte do serviço público, convocado pelo Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais.

Uma comissão de servidores foi

até a reunião do Órgão Especial, que acontecia no mesmo horário, e entregou requerimentos aos desembargadores presentes pedindo apoio à luta por mais verbas para a saúde.

“Fomos bem recebidos pelos desembargadores e continuaremos entregando o requerimento para os que não estavam presentes, nossa mobilização está pressionando o órgão e precisamos continuar para que a Administração atenda nosso requerimento”, ressaltou Maria Ires Graciano, servidora do JEF e diretora do Sindicato.

“Esta luta é uma bandeira de todos os servidores, somos todos atingidos, cada assinatura no abaixo-assinado expressa o tamanho do nosso descontentamento com este aumento abusivo”, afirmou Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud e servidora aposentada do TRF.

A administração do TRF-3 ainda não respondeu ao requerimento do Sintrajud. Por isso, a assembleia deve organizar os próximos passos desta luta para pressionar a Administração e garantir mais verbas para a saúde.



Centenas de servidores participaram da manifestação por mais verbas para saúde na última quarta-feira, 9.

Sindicato terá reunião com a Diretoria do Foro

O Sintrajud fará uma audiência com a Diretoria do Foro da JF nesta sexta-feira, 18, às 15h. A audiência, solicitada pelo Sindicato, tem o objetivo de debater as pautas da categoria.

Mais verbas para o plano de saúde, demora na concessão de aposentadorias, condições de trabalho, PJe, passivo dos 13,23% e quintos, resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 219 e a situação das subseções, necessidade de melhoria da estrutura da CEUNI e a criação de uma política institucional de combate ao assédio moral, estão entre as pautas da reunião.

Quintos: Sintrajud tomará medidas para defender os direitos dos servidores

Decisão do STF representa ameaça de corte nos salários

O Supremo Tribunal Federal divulgou na quinta-feira, 10, o acórdão do julgamento dos embargos de declaração no recurso extraordinário (RE) 638.115, que trata da incorporação e pagamento de quintos a servidores públicos no período de 1998 a 2001. O julgamento ocorreu em 30 de junho.

Os embargos foram rejeitados e o STF manteve a decisão anterior, de março de 2015, quando deu provimento ao recurso da União e julgou ilegal a incorporação de quintos no período entre 8 de abril de 1998 e 4 de setembro de 2001, com base na Medida Provisória 2.225-45.

“A Corte aprofundou um caminho perigoso a garantias constitucionais fundamentais, afirmando que todos os órgãos públicos podem cancelar as incorporações, imediatamente”, diz em nota sobre a decisão do STF o escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues, que assessora o Sintrajud.

De acordo com a nota, como as decisões administrativas de reconhecimento e incorporação dos quintos ocorreram há bem mais que 5 anos (a maioria entre 2004 e 2008), a administração não detém mais o direito de anular o recebimento mensal. Além disso, é apontada afronta à coisa julgada e à segurança jurídica.

“Qualquer tentativa, notificação ou corte efetuado aos servidores deve – imediatamente – ser comunicado ao jurídico, que monitora a situação, para que adote as providências necessárias à discussão sobre a manutenção dos pagamentos mensais na folha do filiado”, diz a nota.

O servidor será informado dos desdobramentos coletivos envolvidos, que serão divulgadas nos meios de comunicação do Sintrajud. Além disso, o tema será debatido nos próximos atos e assembleias.

Veja a nota na íntegra no site.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DO SINTRAJUD

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINTRAJUD/SP, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (artigo 38), faz saber que realizará ASSEMBLEIA GERAL, no próximo dia 17 de agosto de 2017, a ser instalada às 13h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número, no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, situado na Avenida Marquês de São Vicente, nº 235 - Barra Funda, São Paulo - SP, 01139-001 PAUTA: 1. INFORMES; 2. DISCUSSÃO SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO E DIREITOS DOS SERVIDORES; 3. DELIBERAÇÃO SOBRE O INDICATIVO DE MOBILIZAÇÃO/PARALISAÇÃO/ GREVE ENTRE OUTRAS ATIVIDADES CONTRA O DESMONTE DA JUSTIÇA DO TRABALHO E A RETIRADA DE DIREITOS; 4. DELIBERAÇÃO SOBRE O INDICATIVO DE MOBILIZAÇÃO/PARALISAÇÃO/ GREVE ENTRE OUTRAS ATIVIDADES CONTRA O ATO GP/CR Nº 05/2017, DE LAVRA DA PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA DO TRT DA 2ª REGIÃO, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL NO DIA 14 DE JULHO DE 2017; 5. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA CATEGORIA. São Paulo, 10 de agosto de 2017 - Tarcísio Ferreira / COORDENADOR GERAL DO SINTRAJUD/SP - Henrique Sales Costa / COORDENADOR EXECUTIVO DO SINTRAJUD/SP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DO SINTRAJUD

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINTRAJUD/SP, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (artigo 38), faz saber que realizará ASSEMBLEIA GERAL, no próximo dia 16 de agosto de 2017, a ser instalada às 14h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número, a ser realizada em frente à entrada do prédio do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, situado na Avenida Paulista, 1842, Bela Vista, São Paulo – SP. CEP: 01310-936. PAUTA: 1. INFORMES SOBRE O REAJUSTE DO PLANO DE SAÚDE AMIL, ADMINISTRADO PELO TRF3; 2. DELIBERAÇÃO SOBRE INDICATIVO DE PARALISAÇÃO/ MOBILIZAÇÃO/GREVE ENTRE OUTRAS ATIVIDADES CONTRA O REAJUSTE DO PLANO DE SAÚDE AMIL, ADMINISTRADO PELO TRF3; 3. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA CATEGORIA. São Paulo, 10 de agosto de 2017 - Tarcísio Ferreira / COORDENADOR GERAL DO SINTRAJUD/SP - Claudia Vilapiano Teodoro de Souza / COORDENADORA EXECUTIVA DO SINTRAJUD/SP



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Tarcísio Ferreira, Lynira Rodrigues Sardinha, Lucas José Dantas Freitas, Fabiano dos Santos, Luciana Martins Carneiro, Ester Nogueira de Faria, Maria Ires Graciano Lacerda, Claudia Vilapiano Teodoro de Souza, Claudia Renata de Moraes Araújo, Maurício Rezzani, Marcus da Silva Vergne, Antonio Carlos Lauriano da Silva, Henrique Sales Costa, Ana Luiza de Figueiredo Gomes, Inês Leal de Castro, Gilberto Terra, Eliseu da Silva Trindade, Tauff Ganem de Abreu, José Dalmo Vieira Duarte, Fausta Camilo Fernandes

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Tel.: (13) 3238-3807 Santos/SP - Email: sintrajud Santos3@gmail.com

Jornalistas Responsáveis: Hélio Batista Barboza e Shuellen Peixoto | Colaboração: Hélio Duarte Filho | Diagramação: Roberto Lima | Tiragem: 7.500 exemplares

